



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010571-08.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO CIVIL**
 Requerente: **Antonio Teixeira Neto**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Cuida-se de Ação Acidentária ajuizada por **Antonio Teixeira Neto**, devidamente qualificado nos autos, em face de **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, requerendo a concessão do benefício do auxílio-acidente, no percentual de 50% de seu salário-de-benefício, a partir do termo final do auxílio-doença. Alega que o agravamento de suas lesões (olho esquerdo e direito) evoluiu para glaucoma crônico (redução de mais de 50% da visão), impossibilitando-o de exercer atividade laborativa.

Com a inicial vieram os documentos (fls.16/20).

Em contestação de fls. 26/33 o Instituto réu requer a improcedência do pedido. Alega que o autor não preenche os requisitos para a concessão do benefício de auxílio-acidente, mostrando-se necessária a realização de prova pericial para averiguar a real situação do autor. Em caso de condenação, requer que a atualização monetária e os juros sejam fixados nos termos do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 e, com relação aos honorários advocatícios, que o termo final da incidência seja a data da prolação da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sentença.

Réplica às fls.61/68.

Em decisão saneadora (fls.69/70), foi deferida a realização de perícia médica. Houve a tentativa de intimação pessoal do autor, resultando infrutífera (fls.90).

Determinou-se a fls.102 a manifestação do autor para que informasse o seu endereço atualizado.

Em manifestação (fls.105) o procurador forneceu endereço na cidade de Porto Ferreira/SP. Agendada nova perícia e, feita intimação no endereço fornecido (fls.115) o autor não compareceu ao exame (fls.116).

Em manifestação (fls.121), o procurador do autor renunciou os poderes a ele constituídos.

Decisão a fls.122 determinou que o causídico cumprisse o disposto no art. 112 do NCPC, comprovando o encaminhamento de carta de renúncia ao último endereço conhecido do autor.

Decisão de fls. 126 reputou válida a intimação encaminhada ao último endereço constante dos autos e, conseqüentemente, ante o não comparecimento do autor à perícia na data designada, foi dada como preclusa a prova pericial, encerrada a fase de instrução e concedido às partes, o prazo comum de 15 dias para apresentação de alegações finais.

Decorrido o prazo não houve apresentação de alegações finais pelas partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgamento antecipado da lide dada a desnecessidade de dilação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

probatória (art. 355, I do NCPC).

Cuida-se de ação acidentária em que o autor requer a concessão, pelo Instituto réu, do benefício previdenciário de auxílio-acidente, em conformidade com a Lei nº 8.213/91.

O pedido é improcedente.

Cabia ao obreiro comprovar os fatos constitutivos do seu direito. Isso porque, em matéria acidentária, o conhecimento técnico ou científico, determinante para o deslinde da causa, pois, além de comprovar os fatos descritos na inicial atesta o grau de incapacidade e o nexo causal.

Devidamente intimado para comparecer em data e horário agendado pelo perito, ausentou-se da perícia e nem sequer apresentou qualquer justificativa para tanto. É dever da parte interessada a apresentar justificativas plausíveis para a ausência em designações processuais. O não comparecimento do autor ao exame pericial implica na preclusão temporal da prova, diante do desinteresse na sua realização.

Assim sendo, ausente prova técnica acerca da incapacidade laboral e do nexo causal, o autor não se desincumbiu do ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito, nos termos do que dispõe o art. 373, I, do NCPC.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

ACIDENTE DO TRABALHO – PERDA AUDITIVA INDUZIDA POR RUÍDO OCUPACIONAL – Ausência de prova do nexo causal e da incapacidade laborativa decorrente de problemas auditivos. Julgamento convertido em diligência. Segurado que não comparece ao exame médico e, intimado pessoalmente, não se manifesta a fim de agendar nova

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

data para realização de vistoria. Prova técnica que era indispensável para o resultado da demanda. Incapacidade laborativa não provada. Autor que não se desincumbiu do ônus probatório a que se refere o art. 373, I, do Novo CPC. Não preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício acidentário. Sentença reformada. Reexame necessário e recurso de apelação da autarquia providos. Recurso improvido do autor. (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 0131112-55.2008.8.26.0053; Relator (a): Nuncio Theophilo Neto; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 6ª Vara de Acidentes do Trabalho; Data do Julgamento: 16/10/2018; Data de Registro: 20/10/2018).

Acidente do Trabalho – Não comparecimento do autor à perícia médica – Cerceamento de defesa – Inocorrência – Patrono devidamente intimado pela imprensa oficial – O não comparecimento do interessado à perícia médica implica na preclusão temporal da prova, face ao desinteresse na sua realização – Improcedência da ação mantida. **NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR.** (TJSP; Apelação 1029841-40.2017.8.26.0224; Relator (a): Afonso Faro Jr.; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarulhos - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 16/10/2018; Data de Registro: 19/10/2018).

Não resultando provada a redução da capacidade laborativa do autor e, tampouco o nexos causal entre a moléstia (glaucoma crônico) e o trabalho desenvolvido, de rigor a improcedência do pedido.

Pelo exposto, julgo improcedente o pedido.

Sucumbente, condeno o autor nas custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, que arbitro em 10% do valor atribuído a causa, sendo que as verbas da sucumbência apenas poderão ser cobradas se provada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a perda da condição de necessitado.

Expeça-se mandado de levantamento do valor depositado a fls.95
 ao Instituto réu.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 29 de novembro de 2018.

Juiz(a) FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**